



LUTAS SOCIAIS URBANAS E CIDADES BRASILEIRAS: delineamentos a partir dos Anais do XI, XII e XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)

Greice Kelly Costa Gomes¹

Raimunda Nonata do Nascimento Santana²

RESUMO:

Delineamentos sobre lutas sociais urbanas a partir de uma leitura temática dos Anais do CBAS de 2004, 2007 e 2010. Tem como ponto de partida analítico o ressurgimento das lutas operárias e populares, no final da década de 1970, e as mobilizações em torno da Constituinte (CFB-1988), dando-se destaque às lutas pela Reforma Urbana, no Brasil. Toma os Anais do CBAS como fonte de memória e pesquisa quanto à incidência das lutas sociais no Serviço Social, como profissão e área de conhecimento. Conclui que, nesses Anais se acham demarcações, que, em seu conjunto, conjugam bases teóricas e processos histórico-sociais fundamentais à compreensão das lutas sociais urbanas nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: Lutas Sociais. Questão Urbana. Lutas Sociais Urbanas. Serviço Social. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

ABSTRACT:

Delineations on urban social struggles from a thematic reading of Annals of the CBAS of 2004, 2007 and 2010. The resurgence of the laboring and popular struggles has as analytical starting point, in the end of the decade of 1970, and the mobilizations around Constituinte (CFB-1988), giving prominence to the struggles for the Urban Reformation, in Brazil. It takes Annals of the CBAS as source of memory and research in regard of the incidence of the social fights in the Social Service, as profession and area of knowledge. It concludes that, in these Annals if they find landmarks, that, in its set, conjugate theoretical bases and basic description-social processes to the understanding of the urban social struggles in the Brazilian cities.

Key-words: Social Struggles. Urban Question. Urban Social Struggles. Social Service. Brazilian Congress of Social Workers.

¹ Bacharel. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: greicegomes_costa@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: nonatasantana@gmail.com



INTRODUÇÃO

Do ponto de vista de sua base analítica, esta argumentação³ atribui importância: a) a compreensão das cidades como espaços estratégicos da produção do espaço capitalista, enfatizando-se, nessa constituição, a oposição entre interesses de trabalhadores/moradores urbanos e interesses mercantil-empresariais, peculiares aos estágios do desenvolvimento do capitalismo; b) ao reconhecimento, na particularidade brasileira, da questão urbana e dos redimensionamentos das lutas sociais no campo das relações, mediações e tensões entre necessidades sociais, o (negado) direito à cidade e ações-omissões do Estado na lida com a “questão social”; c) ao CBAS⁴, em preparação para sua XIV edição, a realizar-se em outubro de 2013, considerado o maior evento do Serviço Social brasileiro e expressivo espaço de divulgação da produção científica e técnica dessa área profissional (SANTANA, 2010).

Na demarcação dos termos do debate sobre o tema lutas sociais urbanas em Anais do CBAS, a escolha das edições de 2004, 2007 e 2010, não foi aleatória. Este arco temporal corresponde à conjuntura que abriga os governos de Luís Inácio Lula da Silva, em torno dos quais se organizaram expectativas ideopolíticas e institucionais quanto à reversão da questão urbana; engloba edições do CBAS, que nos seus temas gerais propuseram aos profissionais e estudantes de Serviço Social, o debate sobre o desenvolvimento capitalista e suas incidências na vida social brasileira⁵; assim como abrange a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento⁶ fato que, seguramente, manifestou-se nos trabalhos registrados nos seus Anais.

³Deriva de estudos desenvolvidos no subprojeto “LUTAS SOCIAIS URBANAS E SERVIÇO SOCIAL: temas e questões nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)”, integrante da pesquisa “AS LUTAS SOCIAIS NAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: tendências e incidência no Serviço Social no Brasil”, do Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social (GSERMS), do Departamento de Serviço Social (DESES) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

⁴Na atualidade, o CBAS, além do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), tem como instituições promotoras a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

⁵As edições do CBAS ocorridas em 2004, 2007 e 2010 tiveram como temas centrais, respectivamente: “O SERVIÇO SOCIAL E A ESFERA PÚBLICA NO BRASIL: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”, “A QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: ofensiva Capitalista, resistência de classe e Serviço Social” e “LUTAS SOCIAIS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: mediações e a consolidação do Projeto Ético Político Profissional”.

⁶Ao abordar o tema “A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento: estratégias e desafios da ABEPSS no biênio 2007 - 2008”, Abreu (2011, p. 69) destaca que o



Dessa forma, os delineamentos a seguir apresentam, primeiramente, indicações político-históricas que referenciam a compreensão das autoras sobre as lutas sociais urbanas no Brasil, em seguida, indicações gerais derivadas da leitura temática dos Anais do CBAS em relação aos temas cidade, questão urbana e lutas sociais urbanas.

1 Ressurgimento das lutas operárias e populares e as ações pré Constituinte (CFB-1988): ponto de partida da análise das lutas sociais urbanas no Brasil contemporâneo

Nesta argumentação, a leitura temática relacionada à presença do debate sobre lutas sociais urbanas, nos Anais dos três últimos CBAS, tem como referência formulações de Lopes (2005, 2010) sobre as lutas sociais nas transformações contemporâneas. Para esta autora, pensadas a partir do final da década de 70 do século XX aos dias atuais, no Brasil, as lutas sociais podem ser periodizadas das greves operárias no ABC paulista, no final dos anos 1970, à eleição de um representante do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo da República, em 2003. Trata-se de um ciclo com dois períodos. O primeiro é configurado por um momento em que a resistência contra o regime ditatorial se funda como determinante central da mobilização das lutas populares e democráticas, cujo marco inicial é 1978, ano da irrupção operária na retomada das greves de caráter massivo, que levam essa classe para o primeiro plano político dos debates sobre a democratização do país⁷. Outro momento se estabelece com a inflexão em direção ao Estado, orientada pelo processo constituinte e a chamada transição democrática.

Instaurada com a eleição para o Congresso, em 1986, a “Constituinte” mobilizou lutas populares organizadas durante a ditadura militar e mesmo o movimento operário. Esse momento já manifesta transformações que abarcam da adesão do governo

principal fundamento do desenvolvimento acadêmico da área de Serviço Social encontra-se no fortalecimento da unidade graduação e pós-graduação.

⁷De acordo com a linha interpretativa de Lopes (2005, 2010) destaca-se também, nesse contexto, os chamados “novos movimentos sociais”, organizados sob a influência da Teologia da Libertação, que na Igreja Católica avançava desde os anos 1960 e a incidência, ainda que *tardia*, dos movimentos que eclodiram na França de 1968. Na década de 1980, concorre para a consolidação desse momento a constituição de instituições de organização da luta dos trabalhadores no enfrentamento do capital e o governo, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) e do PT.



brasileiro, em 1990, as teses do projeto neoliberal, à ascensão do PT ao governo, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Tal momento encerra o *longo ciclo de lutas operárias e populares*, marcado pela desarticulação das condições objetivas de organização e luta das classes trabalhadoras e populares e a dispersão e fragmentação da classe operária e dos movimentos revolucionários em todo o mundo.

No Brasil, no interior e ao largo do *longo ciclo de lutas operárias e populares*, lutas sociais se organizaram no sentido de questionar e intervir no quadro das desigualdades socioespaciais urbanas manifestas, particularmente, nas metrópoles e médias cidades brasileiras e resultantes, dentre outros processos econômico-sociais e urbanos herdados de conjunturas históricas anteriores, dos projetos ditos desenvolvimentistas e modernizadores do período militar-autoritário.

1.1 Lutas sociais pela Reforma Urbana: do *urbanismo democrático* às ações reformistas e burocráticas do Estado.

Na particularidade brasileira, ainda na década de 1970, lutas sociais, apoiadas na organização operária e popular, também se organizaram reivindicando eleições diretas para a presidência da República. A ausência de êxito concorreu para canalizar parte do movimento social para a “Constituinte”, que, a despeito dos seus limites políticos, acolhia demandas atinentes a múltiplas questões da vida social brasileira. Algumas lutas progrediram em prol da Reforma Urbana⁸. Tiveram como uma das suas conquistas formais o Capítulo II - *Da Política Urbana* - da CFB de 1988. Do ponto de vista da

⁸No Brasil, no final da década de 1970, emergiu o Movimento pela Reforma Urbana a partir de iniciativas de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A intenção primeira era a de unificar as diversas lutas sociais urbanas presentes no Brasil. O processo constituinte, em curso ao longo da década de 1980, e a apresentação de emenda popular subscrita no mínimo por 30.000 eleitores reforçam a mobilização e a organização em torno da Reforma Urbana. A FNE, a ANSUR, a Coordenação Nacional dos Mutuários, o MDF e o IAB encorpam as lutas sociais em torno da emenda popular (entregue no Congresso Nacional com 160.000 assinaturas) que define como objetivos para a Reforma Urbana: (1) Quanto à propriedade imobiliária urbana: instrumentos de regularização de áreas ocupadas. Captação de valorização imobiliária. Aplicação da função social da propriedade. Proteções urbanísticas, ambientais e culturais; (2) Quanto à política habitacional: programas públicos habitacionais com finalidade social. Aluguel ou prestação da casa própria proporcional à renda familiar; (3) Quanto aos transportes e serviços públicos: natureza pública dos serviços sem lucros, com subsídios. Reajustes das tarifas proporcionais aos reajustes salariais. Participação dos trabalhadores na gestão do serviço; (4) Quanto à gestão democrática da cidade: conselhos democráticos, audiências públicas, plebiscitos, referendo popular, iniciativa legislativa e veto às propostas do legislativo.



governança local e, especialmente, de governos integrados ao *urbanismo petista*, assinala-se a presença de inovações na proposição de instrumentos de democratização da administração municipal e da ação pública, entendidos como capazes de alterar padrões históricos de relacionamento Estado – Sociedade, no Brasil. Nesse cenário, o Orçamento Participativo (OP) destacou-se como um dos instrumentos favoráveis à construção da chamada democracia participativa.

Em 2003, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, um dos mais significativos representantes da luta sindical e do PT, nas décadas de 1980 e 1990, manifestou, a seu próprio modo, a busca de transformações na sociedade brasileira. Porém, contrariando o legado teórico-político do PT, o caminho tomado, como já registram análises políticas e acadêmicas, foi o de administrar, prioritariamente, interesses do capital e do mercado. Esta opção incrementou a submissão de sujeitos e movimentos aos procedimentos institucionais de intervenção do Estado na crise urbana brasileira. Tal dinâmica também se afasta de normativas da CFB de 1988 quanto ao avanço da democracia, fundada nos princípios da descentralização, da participação e do controle popular. A afirmação da função social da propriedade urbana e o direito à cidade também não passaram a incidir, substantivamente, na reversão dos processos concretos de desigualdades sociais nas cidades do Brasil.

Nos meandros da formação de consensos ideopolíticos e das lutas sociais, começou a se desenvolver mutações no ideário e estratégias das lutas pela Reforma Urbana. Burnett (2009) assinala que, na conjuntura nacional anterior ao triunfo de Luís Inácio Lula da Silva, marcada por conflitos internos nas classes dominantes e pressões de movimentos populares, lideranças das lutas sociais pela Reforma Urbana optaram por encaminhamentos legalistas⁹. No presente, a despeito da mobilidade própria a vida urbana, a reposição da segregação socioespacial manifesta, de modo inconteste, que, a dinâmica concreta das cidades do Brasil encontra-se, significativamente, distante do ideário das lutas sociais pela Reforma Urbana. Assim, profundas assimetrias entre avanços jurídico-constitucionais e da gestão municipal dita democrática e a realidade

⁹ Aceitando a imposição de uma nova agenda, por parte dos representantes do capital, as lideranças da Reforma Urbana estavam sendo subordinadas a 'jogar com linguagens, situações, instituições, culturas inventadas' e que acabaria por se tornar, 'assim, a cultura dominante' de todo o movimento. (OLIVEIRA, 2003, p. 191 apud BURNETT, 2009, p. 230).



econômico-social e urbana brasileira não cessaram de se explicitar nas conjunturas que sucederam a Constituinte e a promulgação do novo texto constitucional.

Por conseguinte, o urbanismo democrático, no contexto das lutas sociais pela redemocratização e da crise urbana no Brasil, passou a explicitar contradições. Ainda assim, algumas lutas e sujeitos político-profissionais, dentre estes o Serviço Social, permaneceram vinculados ao projeto da Reforma Urbana¹⁰. Mas, determinado tipo de planejamento urbano, que conseguiu sobreviver às suas próprias contradições e se fortaleceu com a aprovação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, contribuiu para que a democratização conservadora se impusesse aos projetos da Reforma Urbana.

Nesse cenário de debates e embates políticos, o retrocesso de direitos sociais, o aprofundamento do sistema de mercado e às omissões do Estado brasileiro no sentido de concretização do direito a cidade, dentre outros determinantes, contribuíram para reafirmar a questão urbana como dimensão constitutiva e recorrente da formação social brasileira.

A efetividade do governo da República, sob a hegemonia do PT, em tempos de capitalismo financeiro, de mais uma crise do capital e da progressiva adesão desse governo as teses neoliberais, implicam no reconhecimento de que o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a sua contínua reposição em níveis mais complexos e integrados. Expressões particulares desse contexto econômico-político e social têm expressiva visibilidade no âmbito das cidades e das formas diversas assumidas pelas lutas sociais urbanas na sociedade brasileira. “Quem acompanha a vida de qualquer grande cidade no Brasil é testemunha do crescimento explosivo das periferias abandonadas ou da favelização, a partir do início dos anos 1980.” (MARICATO, p.214 apud DAVIS, 2008).

¹⁰ Cabe enfatizar, no campo das lutas sociais urbanas, o protagonismo do Fórum Nacional de Reforma (FNRU), que articulando diversos sujeitos políticos e institucionais, a exemplo do CFESS, se propõe à busca da construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis para sociedade brasileira.



2 LUTAS SOCIAIS URBANAS, EM DEBATE: os Anais dos CBAS de 2004, 2007 e 2010 como referência da leitura temática¹¹

Diversidade de temas e objetos¹². Riqueza de mediações e perspectivas analíticas. Dinâmica geral da cidade capitalista e particularidades das cidades brasileiras, questão urbana, desigualdades sociais e diversidade, direito à cidade, cultura urbana e Reforma Urbana como base e mediações do debate sobre lutas sociais urbanas presentes nos Anais do CBAS pesquisados. Assim, características históricas, tendências e as múltiplas faces da questão urbana nas cidades brasileiras são tomadas, na quase totalidade dos trabalhos, como determinantes da organização das lutas sociais urbanas. Uma diretriz de estudo, pesquisa e linha interpretativa, que através de uma multiplicidade de trabalhos e análises originais e vigorosas, se efetiva a partir ou desdobrando-se das seguintes linhas analíticas:

- Historicidade da questão urbana e suas relações com o desenvolvimento capitalista na particularidade do Brasil;
- Ampliação da informalidade do trabalho nos espaços públicos das cidades e o crescimento de favelas e das chamadas periferias urbanas, com seus modos precários e segregados de moradia;
- Significado da habitação face à contradição entre seu valor de uso, sua condição de direito social, formalmente reconhecido pelo Estado Brasileiro, e sua constituição como mercadoria;

¹¹No âmbito da pesquisa que subsidia esta argumentação foram analisados os trabalhos constantes dos Anais do CBAS de 2004, 2007 e 2010 apresentados nas modalidades pôster e comunicação oral e inscritos nos seguintes eixos temáticos: XI CBAS, eixo temático: QUESTÃO URBANA E O DIREITO À CIDADE; XII CBAS, eixo temático: QUESTÃO URBANA, AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: luta pela terra e condições de vida; XIII CBAS, eixo temático: QUESTÃO URBANA, AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: lutas sociais e condições de vida. Registre-se que, dada à transversalidade do tema, reconhecemos os limites de base de referência, na medida em que, o tema lutas sociais urbanas também pode se encontrar abordado, a partir do interesse de autores e autoras, em outros eixos temáticos estruturadores desses Eventos.

¹²De fato, encontram-se, nos trabalhos analisados, dentre outras, problematizações e análises sobre os seguintes objetos temáticos: a) políticas urbanas e gestão das cidades; b) exploração do trabalho e de trabalhadores na cidade; c) modos precários e segregados de moradia; d) alocação desigual de equipamentos e serviços coletivos urbanos - água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos, transporte coletivo; e) degradação dos recursos ambientais; f) violência urbana; g) ausência de segurança pública; h) obstáculos à proteção jurídica e à inserção dos trabalhadores migrantes na vida urbana; i) lutas sociais por moradia adequada, destacando-se nesse âmbito os conflitos fundiários ligados às ocupações de terra para morar.



- Processo de produção e apropriação do espaço social, que envolve a contradição entre a produção coletiva da vida urbana e a apropriação privada de muitas das suas dimensões;
- Importância e construção histórica do direito à moradia como direito social fundamental reconhecido constitucionalmente pelo Estado brasileiro;
- A questão da mobilidade urbana e os limites dos transportes públicos urbanos;
- A oscilante e limitada trajetória e ação do Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal, quanto à efetividade de políticas públicas de habitação;
- Apropriação estratégica da política, no sentido da participação, engajamento e militância nos espaços de lutas sociais urbanas nos âmbitos municipal, estadual, federal e mundial;
- O território como potencial redistributivo e confronto com a questão urbana;
- Modos informais, precários e segregados de moradia urbana, destacando-se a particularidades dos moradores de ruas e de moradias construídas sob a forma de palafitas, favelas e em áreas de risco;
- Modos de vida e representações simbólicas de segmentos diversos de moradores urbanos;
- A atividade criadora, estratégica e resistente dos segmentos populares urbanos na luta pelo acesso ao trabalho, moradia e mobilidade na cidade;
- Questões socioculturais (relações sociais de gênero, étnico raciais, de geração e de orientação sexual, dentre outras) e vida urbana;
- A produção, distribuição e alocação desigual, nos espaços de moradia das cidades, de serviços e equipamentos públicos urbanos;
- Os debates e embates atuais entre dois modelos de planejamento e gestão das cidades: o “urbanismo de resultados” e o “urbanismo democrático”;
- A cidade, a Lei e a configuração e real efetividade de estatutos jurídicos, como a CFB de 1988, o Estatuto da Cidade e Planos Diretores;
- Avaliações políticas da política habitacional brasileira, abrangendo estudos que remontam à Fundação Casa Popular e alcançam, na atualidade, o Programa Minha Casa, Minha Vida;



- Transformações contemporâneas e a formulação da atual Política Nacional de Habitação, com ênfase na política fundiária para habitação, que trata da urbanização e reconhecimento de direitos de posses de assentamentos populares já existentes;
- Atuação e desafios do Serviço Social em face da complexidade da questão urbana nas cidades brasileiras - metrópoles, cidades médias e pequenas cidades.

Então, nas análises e debates do Serviço Social sobre a questão urbana nas cidades brasileiras, presentes nos Anais investigados, pode se encontrar a rota através da qual se move as lutas sociais urbanas nas suas ações contra o poder privado ou estatal. Nos Anais, essas lutas aparecem determinadas pela necessidade básica e real do acesso ao direito à cidade e referenciada, de modo claro ou oblíquo, pelo ideário da Reforma Urbana e do urbanismo democrático. São análises que não se esquivam do reconhecimento de contradições entre a reprodução objetiva da desigualdade e as lutas de resistência no âmbito da vida urbana. Nessa perspectiva, nos estudos sobre a incidência das lutas sociais urbanas no Serviço Social, encontra-se uma importante referência teórico-histórica, política e urbana: o ideário da Reforma Urbana parece que vem desconstruindo-se. Ou seja, na busca da construção de alternativas que revertam antigos e atuais processos de *espoliação urbana* (KOWARICK, 1995, 2009) se inscrevem, com rara nitidez, a complexidade da questão urbana e os desafios das lutas sociais urbanas no Brasil.

CONCLUSÃO

Por fim, assentamos que se encontram nos Anais dos CBAS fecundas contribuições conceituais e empíricas para demarcações de dimensões, particularidades, recortes e interfaces pertinentes às cidades, questão urbana e lutas sociais no Brasil. Estas contribuições também permitem identificar e caracterizar manifestações das mediações da relação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, logo no campo do trabalho intelectual, com as lutas sociais, especialmente as lutas sociais urbanas.

Nesse horizonte, a questão urbana e as lutas sociais incidem no Serviço Social e esta profissão, como área de conhecimento, responde, mediante um fervilhar de



ideias, hipóteses de trabalho e estudos, refletindo, dentre outros tantos temas e questões, sobre as atuais relações político-econômicas e seus impactos em cidades brasileiras. Destacam-se nesse campo do debate as possibilidades de efetividade da chamada gestão democrática urbana, as contribuições da profissão na reversão da questão urbana, processo no qual as lutas urbanas, na sua multiplicidade de formas de expressão, e sujeitos políticos e profissionais comprometidos com projetos nacionais populares e democráticos são protagonistas fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento: estratégias e desafios da ABEPSS no biênio 2007 -2008. In: **Temporalis**. Ano II, n. 22, jul./dez. 2011.
- BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista**: a fetichização dos Planos Diretores Participativos. (tese). PPGPP-UFMA: São Luís, 2009.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 11., 2004, Fortaleza/CE. **Anais...**Fortaleza/CE, 2004.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 12., 2007, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...**Foz do Iguaçu/PR, 2007.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Brasília/PR. **Anais...**Brasília/PR, 2010.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LOPES, Josefa Batista. As lutas sociais operárias e populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís.
- _____. As lutas as lutas sociais nas transformações contemporâneas: tendências e incidência no Serviço Social no Brasil. **Projeto de Pesquisa**. DESES-UFMA. São Luís: 2010
- MARICATO, H. Pós-fácio. In: DAVIS. Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- PINHEIRO, Jair. Uma Análise dos Movimentos Estruturais Urbanos. In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 4. **Anais...**Londrina, 2010.
- SANTANA, R. N. do N. Questão urbana, lutas sociais urbanas e Serviço Social: demarcações e questões nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). **Plano de Estudo**. DESES-PIBIC-UFMA. São Luís: 2010.